Ñanduty
ISSN:2317-8590

A ANTROPOLOGIA BRASILEIRA E OS ECOSSISTEMAS LOCALIZADOS: FORMAÇÃO, INSTITUCIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ANTROPOLOGIAS REGIONAIS

Mílton Ribeiro (UEPA | UFPA – milton.ribeiro@uepa.br)
Vinicius Venancio (UnB – vinivenancio2@gmail.com)
Thiago Oliveira (USP – thi_oliveira@usp.br)

RESUMO: O texto constrói um breve panorama da formação e das políticas institucionais que permitiram o desenvolvimento histórico-social da Antropologia no Centro-Oeste, no Nordeste e no Norte do Brasil. Em uma avaliação parcial de uma dinâmica maior, partindo do regional para pensar o nacional, pudemos observar como elas atravessam direta ou indiretamente nossas formações profissionais dependendo do lugar em que nos situamos. As dinâmicas retratadas são críticas aos modelos coloniais internos de produção do conhecimento antropológico e almejam reconfigurações nos pactos hegemônicos levando em consideração as dinâmicas locais de produção e a incorporação de agentes comprometidos com os desenvolvimentos regionais.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologias Regionais; Antropologia Brasileira; História da Antropologia.

BRAZILIAN ANTHROPOLOGY AND LOCALIZED ECOSYSTEMS: FORMATION, INSTITUTIONALIZATION, AND DEVELOPMENT OF REGIONAL ANTHROPOLOGIES

ABSTRACT: The text builds a brief panorama of the formation and institutional policies that allowed the historical-social development of Anthropology in the Midwest, Northeast and North of Brazil. In a partial evaluation of a larger dynamic, starting from the regional to think about the national, we could observe how they directly or indirectly cross our professional formations depending on the place where we are located. The dynamics portrayed are critical of internal colonial models of anthropological knowledge production and aim at reconfigurations in hegemonic pacts taking into consideration the local dynamics of production and the incorporation of agents committed to regional developments.

KEYWORDS: Regional Anthropologies; Brazilian Anthropology; History of Anthropology.

Início

A produção do dossiê "Lugar, política e interseccionalidade na produção do conhecimento antropológico" nos trouxe a possibilidade da discussão sobre os processos de formação, institucionalização e desenvolvimento do que aqui chamamos de Antropologias Regionais. Essa é uma provocação à intitulada Antropologia Brasileira que, baseada no eixo sul/sudeste, se arvora na narrativa de que produz uma Antropologia nacional.

Desde o início de seu processo de institucionalização na década de 1960, a antropologia tal como praticada no Brasil estabeleceu com um forte investimento na alteridade como uma de suas marcas centrais. Foi nesse sentido que Mariza Peirano (2000) ao circunscrever a história da disciplina desde essa chave situou os diferentes modos em torno do qual a diferença e a alteridade eram conceituadas e produzidas nas reflexões etnográficas produzidas por antropólogas e antropólogos no Brasil. De igual maneira, a noção de alteridade nos moldes de uma reflexão sobre a diferença social e cultural foi um recurso importante na sistematização proposta por Roberto Cardoso de Oliveira ao comentar que "o que se poderia chamar de modo de conhecimento – que deveria marcar a natureza do saber antropológico –ficou historicamente subordinado à natureza dos objetos reais (quer seja o índio, o negro ou o branco)" (Cardoso de Oliveira 1986, p. 230). É nesse sentido que as formas de alteridade anteriormente apresentadas por Peirano (alteridade radical, contato com a alteridade, alteridade próxima e alteridade mínima) dialogavam com uma outra forma de organização da disciplina proposta por Cardoso de Oliveira, estabelecida agora em termos de duas subdisciplinas: a Etnologia Indígena e a Antropologia da sociedade nacional. Em um período de constituição inicial do campo, essas duas tradições ou subdisciplinas teriam nos trabalhos de Curt Nimuendaju e Gilberto Freyre suas figuras prototípicas (Ibidem: 230).

O que salientamos nesse ensaio é que essas formas de organização da história da disciplina fundamentalmente omitem um aspecto importante de sua consolidação: uma distinção pouco explícita que separa coleta e análise de dados, etnografia e conhecimento antropológico, ou de modo mais efetivo, lugares onde se faz pesquisa e lugares onde se faz ciência. No contexto de desigualdades inter-regionais que fazem parte da formação do Brasil contemporâneo, essa distinção opera na maior ou menor circulação das antropologias produzidas na periferia do sistema intelectual e mesmo na projeção dos problemas e alternativas teóricas e metodológicas construídas como constructos "nacionais" ou "locais". Assim, em contraste com o Sudeste e o Sul, as demais regiões – Norte, Nordeste e Centro-Oeste – aparecem apenas como retrato de "regiões etnográficas" e nunca como produtoras de conhecimento antropológico (Seeger, DaMatta & Viveiros de Castro 1979: 2). Com isso, criam-se as homogeneidades e narrativas de verdade sobre as três regiões, que surgem ao nacional como espaço inóspitos, áridos e de difíceis acesso, perpetrando etnocentrismo e reificando estereótipos.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

Este ensaio tem como objetivo estabelecer um breve panorama das movimentações que permitiram o desenvolvimento histórico-social da Antropologia no Centro-Oeste, no Nordeste e no Norte do Brasil. É uma avaliação parcial de uma dinâmica muito maior do que podemos observar, mas que elas atravessam direta ou indiretamente nossas formações. Por isso, é preciso avaliá-las como um *passado presentificado* por nossos próprios lugares e trânsitos desde as Antropologias Regionais até a Antropologia Brasileira. As provações deste texto ecoam tensionamentos trazidos anteriormente (Oliveira, Ribeiro & Venancio 2021) e atualizam os debates derivados das primeiras discussões a que fomos expostos.

Do cerrado ao pantanal: Antropologia do/no Centro-Oeste

Para pensarmos a Antropologia feita no Centro-Oeste, é incontornável trazer à tona a reflexão de que esta é uma região que se encontra "desde a Marcha para o Oeste na década de 1940, inserido nas políticas de ocupação e de colonização federais" (UFMT 2013: 13). A germinação das ciências sociais na região é resultado direto da transferência da capital federal brasileira o interior do país em 1960, que é acompanhada da criação da Universidade de Brasília (UnB) pelas mãos, de entre outros, do antropólogo Darcy Ribeiro.

Se as reflexões sobre a história da Antropologia brasileira apontam que por muito tempo a UnB deteve certo destaque no campo disciplinar no Centro-Oeste (Corrêa 2013), o cenário muda radicalmente a partir dos anos 2000. Em sua contribuição para pensar o campo da Antropologia no Brasil a partir dos dados dos triênios avaliativos da CAPES compreendidos entre os anos de 2004 e 2012, Bela Feldman-Bianco (2018) aponta que a "interiorização" da Antropologia é resultado das mudanças no ensino superior ocorridas ao decorrer dos governos petistas (2003 – 2016), especialmente nos governos Lula (2003 – 2010).

Com a Lei 11.684/2008, que tornou obrigatório o ensino de Sociologia no ensino médio, em convergência com o Reuni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Decreto 6 096, de 24 de abril de 2007) vimos serem criados cursos de graduação em Ciências Sociais na região, como o da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e os do Instituto Federal de Goiás (IFG campi Anápolis e Formosa). Além da criação de novos cursos, assistimos, também, em resposta aos fatos supracitados, a ampliação do número de vagas nos cursos já existentes, como ocorrido na UnB que dobrou o número de vagas na virada da década de 2000. Para além das Instituições Federais de Ensino Superior

supracitadas, encontramos também cursos de graduação em Ciências Sociais nas Universidades Federais de Goiás (UFG) – este com uma longa história –, Catalão (UFCAT), da Grande Dourados (UFGD) e Mato Grosso (UFMT). Essa ampliação no número de cursos de graduação em Ciências Sociais na região Centro-Oeste indica o processo de interiorização – ou "deslitoraneação" – apontado por Leal, Sanagria e Cariaga (2021), organizadores do dossiê que observa o impacto da expansão do ensino superior no Brasil na produção de novas antropologias.

No que diz respeito à pós-graduação, até o ano 2008 apenas a UnB possuía cursos de mestrado em Antropologia na região, e até 2014 era a única com cursos de doutorado na área,[12] anos nos quais o PPGAS da UFG realizou as primeiras seleções para os respectivos cursos. Até a implementação das políticas de ampliação do ensino superior no Brasil, a Antropologia via-se em um cenário nacional no qual os PPG estavam fortemente concentrados na zona litorânea do país, sendo a UnB um dos poucos pontos fora da curva. Contudo, vale pontuar que essa "excepcionalidade" se deve, entre outros fatores, por ela se encontrar no coração do executivo nacional e por, apesar de ser uma universidade relativamente jovem, conseguir captar uma quantia considerável de recursos para a sua manutenção.

Somado às medidas apresentadas, temos um considerável aumento no valor destinado a financiamentos[3] de mestrado, doutorado e pós-doutorado, que saltou aproximadamente 10 vezes se comparado os anos de 2008 – primeiro ano do Reuni – e 2012 (Miranda 2018: 142), cenário que possibilitou que o número de PPG em Antropologia quadruplique na região. Neste período, foram criados três cursos de mestrado e um de doutorado. Na Universidade Federal de Goiás, primeira universidade do país a implementar ações afirmativas no sistema de ingresso de todos os PPG, em 2014, o curso de mestrado teve início em 2009 e o seu doutorado em 2015.

Na sequência, houve a criação do mestrado em Antropologia da UFGD, aprovado em 2010 e cujos primeiros ingressos ocorreram no ano seguinte. Por fim, temos o PPGAS da

[1] Vale pontuar que a Universidade Católica de Goiânia possuiu o mestrado profissional em Gestão do Patrimônio Cultural até 2009, quando ele foi encerrado.
[2] Em parte, vale salientar o forte vínculo histórico apontado pela antropóloga que igualava as Ciências Sociais no Brasil à Sociologia. Em muitos lugares onde PPG em Antropologia [Social] foram criados ao decorrer das últimas duas décadas já havia programas de Sociologia, como na Universidade Federal de Goiás, que a criação do último antecede a do primeiro em duas décadas (Feldman-Bianco 2018: 42). Por outro lado, é inegável pensar a produção de centros e periferias na produção geopolítica do conhecimento, seja no ingresso dos egressos dos PPG "periféricos" nos grandes centros, oportunidades de trabalho e/ou políticas de citação e circulação dos manuscritos.
[3] Por questões políticas, adotamos aqui o uso do termo "financiamento" no lugar de "bolsas" por entendermos que o último tende a reificar a precarização laboral vivida por pós-graduandos no Brasil.

UFMT, criado em 2014. Na época, havia o interesse "em estabelecer um programa de mestrado interinstitucional com o Museu Nacional, o que acabou por não ocorrer" (Feldman-Bianco 2018: 38-9), fato que até então era possível a partir do Procad - Programa Nacional de Cooperação Acadêmica. Assim, com o crescimento dos PPG no Centro-Oeste, vimos, pós Reuni, o número de mestrandos aumentar 61,12% e o de doutorandos 51,06% (Miranda 2018: 144).

O crescimento do número de graduações e pós-graduações na região reflete, também, na publicação das pesquisas desenvolvidas nesses centros de ensino. No que diz respeito aos periódicos, para além do Anuário Antropológico, criado pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira quando da inauguração do mestrado em Antropologia da UnB, temos o também tradicional periódico Sociedade e Cultura, editado pela Faculdade de Ciências Sociais da UFG desde 1998. No que diz respeito às revistas acadêmicas mais recentes, foram criadas na década de 2010 a Aceno – Revista de Antropologia do Centro Oeste, publicada pelo PPGAS da UFMT desde 2014 e que surge com o intuito de congregar uma produção antropológica centro-oestina (Lopes & Silva, 2020), e a Ñanduty por onde temos a honra de publicar o presente dossiê.

Contudo, mais do que um crescimento quantitativo, a ampliação dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais/Antropologia possibilitou, também, um outro olhar para a região Centro-Oeste – palco de poucas pesquisas antropológicas se comparado com as regiões litorâneas do país. Conforme apontam As Propostas de Programa para a avaliação quadrienal da CAPES 2021,[4] todos os programas criados nas últimas duas décadas têm, como premissa principal, dirigir um olhar para as realidades nas quais eles estão inseridos, assim como capacitar os profissionais da região para que eles possam melhor desenvolver os seus trabalhos. Isso não quer dizer que estes programas só visem discentes que realizem pesquisas na região onde eles estão inseridos; a internacionalização das pesquisas que vem ganhando espaço na Antropologia brasileira de forma geral também pode ser vista nos jovens programas.

Ao capilarizar a Antropologia em terras marcadas pela hegemonia do agronegócio (Almeida 2013), lugares que a Antropologia dos grandes centros brasileiros apenas via como um "Brasil profundo" a ser explorado, ou melhor, etnografado, deixam de ser unicamente espaços onde se realiza trabalho de campo, mas também de produção de ciência. Como bem

[4] Mais informações em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml Acesso em 13/12/2021.

aponta Luena Pereira ao pontuar a construção do "nós, antropólogos" na história da antropologia brasileira, esse processo de criação de novos campi, PPG e ampliação das vagas nos cursos de Ciências Sociais/Antropologia, ajuda a romper com "o lugar do antropólogo ou antropóloga como um "nós" que é profundamente marcado pelo lugar racial da branquidade, e social da urbanidade supostamente cosmopolita, de classe alta ou média alta, do sul e sudeste brasileiro (e Distrito Federal)" (Pereira 2000:8).

Esse movimento é de suma importância para que possamos desvelar mitos e sensos comuns sobre a região, como acerca da questão negro-quilombola (Plínio dos Santos 2016) na região sul-mato-grossense; a ocupação sulista na Amazônia mato-grossense (Siebiger, 2020); sexualidades não-heteronormativas nas capitais centro-oestinas (Silva 2020); e educação escolar indígena (Lima 2014; Morais 2020). Ao alçar ao lugar de pesquisadoras/es pessoas as quais historicamente foram negadas o acesso à educação, especialmente através das políticas de ações afirmativas, emergem temáticas centrais para pensar o Brasil, seja seu passado ou os tempos contemporâneos. Assim, esses novos centros vão figurando no cenário nacional como lugares importantes de produção sobre temas como etnologia indígena e comunidades quilombolas (UFMT e UFGD), culturas populares (UFG e UFMT), estudos de gênero (UFG) e antropologia visual (UFG).

No entanto, nem tudo são flores. Na última avaliação do campo da Antropologia feita pela Associação Brasileira de Antropologia, via-se uma concentração dos cursos localizados no centro-sul, ou seja, Sudeste, Sul e Distrito Federal, nas instâncias de legitimação e prestígio, especialmente no que tange às premiações nacionais e convites para participação em bancas (Trajano Filho, 2018: 197). Na prática, vemos também os egressos desses lugares ocupando mais vagas em concursos universitários. Ao fim e ao cabo, se os governos petistas promoveram uma sólida transformação na oferta de vagas de formação para antropólogas/os, ainda há um longo caminho a ser percorrido na região Centro-Oeste para sanar as desigualdades e os colonialismos internos à nossa nação.

Da floresta à várzea: Antropologia Amazônica

É sabido que a Amazônia tem sido lugar de especulação, prospecção amadora e investigação científica desde os idos do século XVI (Costa 2009; Coelho 2012; Ribeiro 2016; Gondim 2019; Ribeiro & Freire 2021). Ao longo do tempo, este território também tem servido

como "região etnográfica", pelo menos desde o processo de formação e institucionalização da Antropologia no Brasil (Seeger, DaMatta & Viveiros De Castro 1979: 2). Se as outras antropologias nacionais inventaram os temas clássicos da disciplina com base nas experiências de alteridade constituídas na/em relação com/aos melanésios, asiáticos e africanos, a Antropologia Brasileira, "feita em casa", ganhou ares de uma Antropologia do Brasil por estudar a si mesma e seus dilemas nacionais – raciais, em especial (Pereira 2020: 9; Ribeiro 2021).

Assim, se o projeto de *nation building* era parte da busca pelo ethos nacional, como bem definiu Luena Pereira (2020: 8), teremos para a região amazônica uma proposta semelhante, de *region building*, que vem sendo desenvolvida desde a conquista do território brasileiro, no séc. XVI. No entanto, é importante mencionar que esse projeto se concretizaria em fins do século XIX e virada para o XX, pois também acompanhou as mudanças da chamada "era da borracha", da "belle époque", e das próprias escolhas políticas de modernização (Costa 2009; Castro 2010; Ribeiro & Freire 2021).

Como a proposta aqui é definir o lugar de uma Antropologia Amazônica – ou, ao menos, considerar a formação, institucionalização e desenvolvimento da disciplina nessa região, que sempre foi lida como um lugar em que "se fazia pesquisa de campo em oposição a outros [espaços e regiões] onde efetivamente se produzia e validava o conhecimento teórico e antropológico" (Oliveira, Ribeiro & Venancio 2021: 3) –, é importante consideramos brevemente o pioneirismo de antropólogos nesta região. Portanto, é importante dizer que uma *Antropologia da Amazônia* se fez antes de uma *Antropologia Amazônica*, pois durante o século XX, tivemos na região a presença constante de amazonistas[5] querendo compreender suas idiossincrasias e particularidades. Tanto foi assim que, excetuando os viajantes, naturalistas e folcloristas, temos já na primeira década do séc. XX a presença do etnólogo alemão Curt "Nimuendaju" Unckel (1883-1945), mantendo residência em Belém (PA), e vivendo entre os Ticuna, na fronteira do Peru, Colômbia e Brasil – onde acabou vindo a falecer. No final dos anos 1940, Charles Wagley (1913-1991) também manteve residência no Pará, mas em Gurupá (*Itá*), no arquipélago do Marajó, e lá realizou uma pesquisa partindo dos estudos de comunidade. À época, esteve acompanhado pelo então "jovem antropólogo [carioca] do Museu Nacional", Eduardo Galvão (1921-1976), que desenvolveu pesquisa na mesma localidade,

[5] Em alusão à categoria *brasilianista*, que definia as pessoas estrangeiras interessadas em aspectos sociais, políticos e culturais da vida brasileira, sendo Charles Wagley considerado seu primeiro representante.

porém preocupado com as dimensões envolvendo o imaginário e a religiosidade (Domingues 2008: 32).

Durante os anos 1960, o casal Ruth e Seth Leacock passaram sete meses, entre os anos 1962-1963, na capital paraense realizando pesquisa de campo e depois mais dois meses, em 1965. O objeto de investigação dessas/es pesquisadoras/es eram "os batuques, as práticas afro-religiosas nos terreiros belemenses" (Ribeiro & Freire 2021: 16). Ainda durante os anos 1960, o antropólogo Arthur Napoleão Figueiredo (1923-1989) já estava à "frente da cadeira de Etnologia e Etnografia", e junto com Anaíza Vergolino criam o Laboratório de Etnologia e Etnografia (atual Laboratório de Antropologia "Arthur Napoleão Figueiredo" – LAANF). Esta última, foi responsável pelo desenvolvimento de pesquisas no espaço urbano de Belém naquele momento, estudando a umbanda; enquanto àquele estava envolvido, em um primeiro momento, com questões indígenas – com os Anambé e os Aramagoto, por exemplo (Maués 1990; Costa 2009). Anaíza Vergolino também foi a responsável pela vinda do antropólogo inglês Peter Fry à Belém, em 1974, pois este encontrava-se interessado em estudar a presença de homossexuais masculinos nas religiões de matriz africana (Puccinelli, Ribeiro, Reis & Soliva 2014; Silva 2015).

Com isso, temos as personagens que ajudaram na constituição de uma Antropologia da Amazônia (com Charles Wagley, Ruth e Seth Leacock e Peter Fry) e as que começaram a construir uma Antropologia Amazônica (com Curt Nimuendaju, Eduardo Galvão, Arthur Napoleão Figueiredo e Anaíza Vergolino). Essa divisão não é arbitrária, mas parte antes de tudo de uma interpretação que enxerga que só é possível uma Antropologia Amazônica quando há compromisso com a região, além da fixação no território, e não apenas para que ele sirva de "região etnográfica" e alimente os espaços já validados como produtores de conhecimento antropológico; e estas últimas personagens ajudaram na conformação, institucionalização e desenvolvimento da disciplina na região amazônica.

Exemplo disso é que, mesmo sendo estrangeiros, Curt Nimuendaju "[o]cupou, entre 1920 e 1922, o cargo de chefe da divisão de Etnologia e Arqueologia do Museu Goeldi. Ministrou, no fim de sua vida, cursos de especialização no mesmo museu (1941-1943) e no Museu Nacional (1943)" (Faulhaber 2008: 23); Eduardo Galvão "mais tarde dirigiria o Museu Goeldi", sendo "pesquisador e chefe da Divisão de Antropologia em 1955 e diretor em 1961-1962" (Domingues 2008: 32; Kato, Fagundes, Balanco & Almeida 2020 – *online*); Napoleão Figueiredo exerceu o cargo de "diretor em exercício da antiga Faculdade de Filosofia (1965-

1968), chefe interino do Departamento de História e Antropologia (1973) e coordenador do Colegiado do Curso de Geografia (1978-1980)" (Maués, 1990); e Anaíza Vergolino, ao longo de sua trajetória, ainda em atividade, foi chefa do Departamento de História e Antropologia, coordenadora do Laboratório de Antropologia "Arthur Napoleão Figueiredo" e, atualmente, preside o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, criado em 1900; este já fora denominado Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará (de 1900 até 1917).

No contexto da época, a Antropologia contava com alguns espaços institucionais para seu desenvolvimento, como: o Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará (criado em 1947), com sede no Museu Paraense Emilio Goeldi (em 1866, é inaugurado como Associação Philomática; em 1870, passa a denominar-se Museu Paraense de História Natural e Ethnografia; e em 1930 ganha a atual denominação) e o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará. No entanto, foi o primeiro que se tornou o centro aglutinador de formação em Antropologia na região, pois com a vida breve do vocábulo "Etnográfico", retirado em 1917, o IHGP acabou não formalizando como um espaço de trabalho na área. Já o Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará "por sua vez, contribuiu para a criação do quadro docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fundada em 1955" (Costa 2009: 742).

A divisão era basicamente a seguinte: a) em uma ponta, o Museu ficava responsável pelas pesquisas e formação profissional (contando com atividades realizadas desde 1942 até 1968, inclusive por Curt Nimuendaju antes de sua morte, em 1945), como os cursos de extensão na área de Arqueologia e Etnologia na Amazônia feitos para técnicos da própria instituição, e a partir de 1968, com a criação do Centro de Estudos Sociais e Culturais da Amazônia, coordenado por Eduardo Galvão e Oracy Nogueira, os cursos de especialização se tornam regulares e ajudam profissionalização de inúmeras pessoas e na incorporação delas pelo Museu Paraense; b) na outra ponta, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Pará, criada em 1955, faz as vezes da formação superior. A faculdade contava com os cursos de História, Geografia, Pedagogia e Letras Clássicas – o ensino de Antropologia ocorrida dentro da área de História. Posteriormente, aparece o curso de Ciências Sociais (criado em 1954 e estabelecido em 1957) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras une-se às demais faculdades existentes na capital, se federaliza e, então, é criada a Universidade Federal do Pará, com a Lei n. 3.191, de 2 de julho de 1957 (Costa 2009: 742-743). Os primeiros professores de Antropologia da UFPA eram oriundos do Museu Paraense e as instituições se confundiam devido o trânsito constante desses profissionais (Costa 2009; Ribeiro & Freire 2021; Sanjad 2010).

Décadas depois, em 1973, foi criado o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), que objetivava a produção de conhecimento sobre a Pan-Amazônia e formação de profissionais especializados em planejamento do desenvolvimento regional. Lá, desde sua criação, existe a formação de "Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas", que oferece cursos de especialização; e, atualmente, conta com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido com cursos de mestrado e doutorado: o primeiro é denominado de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (de 1977) e o segundo, Ciências: Desenvolvimento Socioambiental (de 1994); além disse também existe um Mestrado Profissional em Gestão Pública (de 2012). O PLADES foi pioneiro na formação stricto sensu na área de humanidades na Amazônia e, atualmente, tanto ele quanto o curso de doutorado contam com boa avaliação da CAPES (nota 6). O NAEA edita duas revistas científicas que ajudam na divulgação científica das pesquisas realizadas na região: Papers do NAEA (desde 1991) e Novos Cadernos do NAEA (desde 1998).

Ainda na década de 1970, com a reforma universitária, além do NAEA, a Antropologia da UFPA se estabeleceu no antigo Centro de Filosofia e Ciências Humanas (atual Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, desde 2008), especificamente, no Departamento de História e Antropologia – desmembrado em 1988. A partir desta data a Antropologia se estabelece no curso de Ciências Sociais, junto com a Sociologia, Ciência Política e Metodologia. Em 1994, surgiu o Mestrado em Antropologia. E, em 2000, o Mestrado em Sociologia. Logo depois, em 2003, surgiu o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, por recomendação da CAPES. E, atualmente, após nova recomendação e reformulação, o programa mudou de nome e passa a se chamar Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, com cursos de mestrado e doutorado. Em 2008, surgiu o Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Na área de Antropologia, o IFCH e seus PPG editam as: Revista Humanitas (criada nos anos 1980, descontinuada nos anos 2000 e reativada em 2021), Amazônica – Revista de Antropologia (criada em 2009) e a Revista Caderno 4 Campos (criada em 2018). O VISAGEM - Grupo de Estudos sobre Antropologia Visual e da Imagem, coordenado pela professora Denise Cardoso, edita a Revista Eletrônica Visagem, e o GEPEM – Grupo de Estudos e Pesquisa “Eneida de Moraes”, coordenado pela professora Luzia Álvares, edita a Revista Gênero na Amazônia.

É preciso ter em conta o espaço de protagonismo que o estado do Pará teve em todo o histórico aqui reportado, destacando-se assim como uma pioneira no processo de institucionalização e desenvolvimento da disciplina na região amazônica. Porém, é importante

considerar a experiência da Antropologia nos demais estado da região, brevemente: a) a Universidade Federal do Amazonas foi criada em 1962, o curso de Ciências Sociais surgiu em 1987 (com primeira turma em 1989) – bacharelado e licenciatura plena –, o curso de Antropologia em 2006, o Mestrado em Sociologia e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social foram criados apenas em 2007, tendo primeira turma de mestrado deste último ingressada no ano de 2008, e a do doutorado em 2010; b) a Universidade Federal do Acre foi criada em 1971, federalizada em 1974, e o curso de Ciências Sociais foi criado em 1990; c) a Fundação Universidade Federal de Rondônia, criada em 1982, possui um curso de Ciências Sociais datado de 2006; d) a Universidade Federal do Amapá, criada em 1986 (mas entrou em vigência apenas em 1990), com curso de Ciências Sociais de 2013; e) a Universidade Federal de Roraima, criada em 1989, conta com um curso de Ciências Sociais com habilitação em Antropologia em funcionamento desde 1992, além do Instituto de Antropologia que abriga o curso de bacharelado em Antropologia e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia, com mestrado desde 2016; f) a Universidade Federal do Tocantins, criada em 2000, abriga o curso de Ciências Sociais datado de 2006.

Em certa medida, acompanhando o quadro descrito por Alfredo Wagner (2019) a respeito da institucionalização da antropologia principalmente a partir dos programas de pós-graduação, é possível vislumbrar um duplo movimento na região. Entre as décadas de 1970 e 1990 a Amazônia especificamente, ou em termos administrativos, os estados que constituem a região norte do país foram ocupados por uma relação de produção de conhecimento marcada por parcerias entre universidades centrais (UnB, Unicamp, USP e Museu Nacional), constituindo assim uma espécie de interlocução vertical. Nas últimas duas décadas, contudo, essa expansão para fora por meio de parcerias e da constituição de trajetórias de pesquisa fundadas na pesquisa sobre a Amazônia, seus contextos e atores sociais se estabeleceu uma outra.

O movimento que caracteriza o cenário atual é de interiorização, ou seja, uma expansão para dentro, o que se vê, por exemplo na oferta de cursos de graduação fora das capitais, como é o caso da Universidade Federal do Amazonas, em Benjamin Constant (AM) e da Universidade do Estado do Pará, em Igarapé-Açu (PA), São Miguel do Guamá (PA) e Conceição do Araguaia (PA). Ainda, é importante considerar o papel de destaque nos anos 1990 até o início dos anos 2000 da Universidade Federal do Pará que ajudou no processo de interiorização das Ciências Sociais contando com cursos em Altamira (PA), Abaetetuba (PA), Bragança (PA), Castanhal (PA), Marabá (PA), Santarém (PA) e Soure (PA). Na atual conjuntura, a Universidade Federal

do Oeste do Pará mantém o curso em Santarém (PA), com graduação em Antropologia, e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará mantém o curso em Marabá (PA) após desmembramento destas unidades da UFPA.

A história da antropologia em cada um desses cenários políticos e administrativos que tem como contorno as instituições em si revela algumas particularidades e tendências da consolidação da disciplina na região. Assim, há quase uma década Jane Beltrão (2014) argumentava que a despeito das poucas possibilidades de formação existentes naquele momento, o campo profissional demandaria uma participação maior de antropólogas e antropólogos frente ao crescente avanço dos grandes projetos, em especial de hidroelétricas. Essas tensões entre formas de exploração, sociobiodiversidade e agendas de Estado têm caracterizado a produção de conhecimento na região em suas variadas temáticas e enfoques. É isso que se percebe, por exemplo, ao ter em conta as relações entre processos de territorialização e meio ambiente descritos por Mariana Pantoja no Acre (2005), as relações entre fronteiras, migração e segurança pública que marcam os trabalhos de Iana Vasconcelos (2021) e alguns trabalhos recentes de Carlos Alberto Cirino (2020) sobre a mobilidade humana e os fluxos entre Brasil e Venezuela. De igual maneira, se destaca a consolidação de novas perspectivas sobre problemas clássicos tematizando campos tradicionais, como os estudos de gênero e sexualidade na antropologia, ou mesmo os estudos sobre a cidade e o urbano, como se nota em pesquisas e discussões construídas por Flavia Melo (2020), Telma Bemerguy (2019), Ramon Reis (2017), Fabiano Gontijo, Igor Erick & Bruno Domingues (2016), Manuela Picq & Josi Tikuna (2015) e Cassio Sousa Silva (2015).

Esses movimentos de ampliação do escopo antropológico no Norte, em relação a ensino e profissionalização, nos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais e/ou Antropologia, evidenciam as dinâmicas particulares de institucionalização e desenvolvimento, geralmente marcadas por tensões locais e internas, que espelham formas de colonização interna bastante peculiares, uma vez que as/os professoras/es continuam fazendo mestrado e doutorado no eixo sul/sudeste e voltam replicando modelos burocráticos e organizacionais que atendem uma demanda externa (da CAPES, da alianças interinstitucionais, da mimética sudestina). Por terem cursos de pós-graduação com avaliação mediana e uma constelação de professoras/es que não são replicadas/os nas ementas e planos de disciplina a exaustão, esses cursos acabam por

atrair alunas/os da própria região e replicar a lógica do "que é bom vem lá de fora", como nos diz a letra de *Belém-Pará-Brasil* (1992), da banda paraense Mosaico de Ravena.[6]

Lugar certo, hora errada: Antropologia no Nordeste

Ainda que tenha sido o ponto inicial da colonização e reunisse alguns dos núcleos com urbanização mais antigas, a costa litorânea do nordeste brasileiro não ocupou uma posição de prestígio na academia brasileira, a exemplo do que detêm as grandes cidades do sudeste e alguns núcleos do sul do Brasil. As razões para isso são várias, incluindo a mudança na ordem social que, entre meados do século XIX e início do XX, transferiu o centro do poder econômico e cultural para as capitais do sudeste – em especial o Rio de Janeiro, onde estava a capital do governo, e São Paulo, que passava a ocupar uma posição de destaque econômico com o crescimento da economia cafeeira. O resultado dessa mudança no cenário social refletiu também na pouca visibilidade dada à antropologia praticada no Nordeste nas décadas de 1960 e 1970, época da institucionalização da disciplina no cenário acadêmico-universitário.

Todavia, é curioso notar a posição de destaque assumida por autores como Câmara Cascudo e Gilberto Freyre que, nas primeiras décadas do século XX, se tornaram agentes ativos a constituir o campo intelectual nas ciências sociais. A biografia de Gilberto Freyre e os efeitos de sua obra na interpretação da estrutura social brasileira – em especial no que tange às relações raciais e o legado da escravidão na manutenção de dinâmicas de desigualdades – já foram amplamente discutidas pela bibliografia especializada. De igual maneira, quiçá sua influência tenha se estendido mais para o campo sociológico do que aquele propriamente antropológico, ainda que o limite entre as duas disciplinas seja, de algum modo, bastante volátil.[7] Nesse cenário, é notório o papel desempenhado por Câmara Cascudo na formação de um campo de

[6] Belém-Pará-Brasil (1992) é uma composição de Edmar da Rocha, da banda Mosaico de Ravena, criada em 1986. A música é considerada como um hino apócrifo da capital paraense por evidenciar na letra as transformações na paisagem urbana, na cultura e nas relações de subalternidade do Norte em relação ao resto do Brasil; e do Brasil com a cultura estadunidense. A composição evidencia um forte teor crítico e contracultural à experiência local e regional, podendo ganhar contornos decoloniais nas passagens que evidenciam o avanço de um pensamento externo e alheio às realidades amazônidas. A Mosaico de Ravena junto à banda O Stress, criada em 1977, e considerada a primeira banda de heavy metal do Brasil, disseminaram a cultura rock na capital paraense ao longo dos anos 1980 e 1990, criando uma legião de fãs e potencializando no imaginário belemense uma forma de resistência às investidas do capitalismo.

[7] Pelo menos até a década de 1960, quando sua obra foi debatida a partir de trabalhos de pesquisadores negros que tematizaram os equívocos de sua ideia de democracia racial. Igualmente na década de 1970, antropólogas feministas revisitaram criticamente sua obra para recolocar o problema do patriarcado na formação das relações de gênero.

estudos sobre o folclore, um marco (inclusive pela crítica) para o que no futuro viria a se transformar nos estudo sobre cultura popular, patrimônio e formas expressivas na Antropologia.[8] Sua obra dialoga também com outros temas da disciplina, como é o caso dos estudos sobre técnica e alimentação. Contudo, o que deve ser levado também em consideração talvez seja sua atuação como diretor do Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte, ainda no início da década de 1960.

O processo de consolidação da disciplina no Nordeste foi influenciado por outros aspectos da conjuntura nacional, a exemplo da Reforma Universitária de 1968. Se até então a formação antropológica era parte dos cursos de Geografia e História, com a Reforma a formação em Antropologia assumiu certa autonomia, estabelecendo um diálogo maior com outras disciplinas no campo das ciências sociais e sendo ministrada nos institutos de antropologia e nas faculdades de filosofia. Ainda nesse período foi marcante a presença de influências estrangeiras, fosse pelas missões e aportes de grandes projetos de cooperação acadêmica, fosse por experiências de pesquisa no Brasil. No cenário sudestino, destacou-se a já densamente registrada e comentada missão francesa na Universidade de São Paulo, com destaque para a presença de Claude Lévi-Strauss, que logo depois seguiu para o Rio de Janeiro; ou ainda os cursos de Alfred Radcliffe-Brown na Escola de Sociologia e Política de São Paulo que viriam a popularizar os estudos da Antropologia Social Britânica no país e influenciar autores como Antonio Candido.

A presença e influência da academia estrangeira na consolidação da antropologia no Nordeste não foi diferente, como se vê pela presença de Pierre Verger e Roger Bastide no estudo da religião afro-brasileira e das relações raciais a partir das pesquisas que conduziram, principalmente, na Bahia. Destaca-se aí também da participação de Melville Herskovits como parte do projeto sobre relações raciais financiado pela Unesco, e a partir do qual se deu também o financiamento de um conjunto de pesquisas que tematizaram a conformação das relações raciais e a constituição do cotidiano, como ilustrado pela produção de Thales de Azevedo na Bahia (1966) e Rene Ribeiro (1945) em Pernambuco. Em ambos os autores se percebe a influência e crítica aos argumentos levantados por Freyre em sua análise sobre como a raça operava na constituição societária no Brasil e aportes originais sobre a dinâmica do simbólico

[8] Importante lembrar a crítica feita por autores contemporâneos a Câmara Cascudo sobre os estudos do folclore em função da ambição colecionista e da pouca densidade dada às análises e, principalmente, pelas lacunas de abordagem metodológica quando contrastada com a Antropologia Social e Cultural.

na experiência religiosa e na organização das relações de sociabilidade e convivência no cotidiano.

Fora do contexto das pesquisas financiadas pelo projeto Unesco, cabe ressaltar ainda o importante investimento feito por pesquisadores como Pedro Agostino que, apesar da formação no Rio de Janeiro e em Brasília, desde a década de 1970 atuou na Bahia e ofereceu insumos para pensar e documentar as populações indígenas no nordeste brasileiro. Como lembra Maria do Rosário Carvalho (2020), esse período foi especialmente desafiador em razão da atmosfera mais ampla que habitava a disciplina em torno do desparecimento das populações com as quais a Antropologia historicamente havia estabelecido seu modo de produção de conhecimento. Assim, era notório o espanto de Agostinho ao ver que as populações indígenas da região eram subnotificadas pela literatura etnológica e, também, pelas políticas de governo.

O esforço de localizar um ponto inicial da formação da Antropologia no Nordeste é menos interessante do que pensar as suas transformações ao longo nas últimas cinco décadas. Tal qual a configuração nacional de modo mais amplo, a leitura e análise desse material implica pensar as desigualdades e tensões inter-regionais, ou de forma mais específica, as diferentes temporalidades, investimentos materiais e condições sociopolíticas que conformaram a trajetória institucional e a prática antropológica em cada um dos estados da região.[9] O que chama atenção, sendo assim, é como nesse período de transição entre a década de 1970 e os anos seguintes o Nordeste passa a ser visto muito menos pela sua produção intelectual e mais pelo conjunto de pesquisas produzidas lá.

Com a maior consolidação dos cursos de Antropologia em nível de graduação e pós-graduação no Sudeste, a região nordeste se transforma em um cenário para desenvolvimento de pesquisa de campo, especialmente em temas relacionados ao trabalho, conflitos fundiários e experiências camponesas. Tendo em vista a importância desempenhada pela pós-graduação na formação do campo antropológico, é digno de nota que apenas em 2001 a região teve seu primeiro curso de doutorado em Antropologia, sediado na Universidade Federal de Pernambuco. Os primeiros cursos de mestrado foram criados e reconhecidos pela CAPES no final da década de 1970, na mesma instituição. Voltaremos a esse tema logo mais.

[9] Esforços nesse sentido tem se dado em cada um dos estados da região. Em 2020 a revista Raízes, publicação do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande publicou um dossiê sobre a institucionalização da antropologia no Nordeste. Além do número em questão, como produção dispersa vale destacar sobre Pernambuco, ver Motta (2009); sobre Ceará ver Vale, Cunha & Rodrigues (2019); sobre a Bahia ver Agostinho (2003) e Carvalho (2020); sobre o Piauí ver Gontijo & Pessoa (2020).

Ñanduty
ISSN:2317-8590

A transição entre as décadas de 1980 e 2000 é significativa em variados aspectos. Não apenas pelo clima de democratização que mobilizou a participação da Antropologia na agenda política nacional com a Assembleia Constituinte, mas também pela situação mais ampla das universidades, ainda em número reduzido e com presença concentrada nas capitais estaduais. Durante esse período, o Nordeste se converteu em um interessante e profícuo cenário para o estudo de base etnográfica sobre as transformações nas dinâmicas de trabalho e complexificação do quadro teórico sobre o universo camponês e as relações entre trabalho, sindicalismo e política. Desse momento emergiu um conjunto de etnografias que tinham como norte a estrutura da sociabilidade agrária e a permanência do sistema de plantation, tal como descrito por Moacir Palmeira (1994) para a zona da mata canavieira de Pernambuco. O conjunto destas pesquisas integraram o projeto "Sistemas de Distribuição e Estruturas de Poder no Nordeste", vinculado ao Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenado por Moacir Palmeira.[10] Como parte desse projeto e seus desdobramentos estiveram pesquisas como a de Afrânio Garcia Júnior (1983; 1989) e Beatriz Heredia (1979) sobre as diferentes escalas de organização do trabalho de pequenos produtores rurais, e de Lygia Sigaud (1979; 1980) sobre as mobilizações políticas camponesas. A estes logo depois juntou-se José Sérgio Leite Lopes (1978) e sua investigação sobre os operários das usinas.

De modo preciso, foi esse conjunto volumoso e qualificado de pesquisas *sobre* e *no* Nordeste que posicionou a região como um cenário etnográfico no contexto nacional. Ao material produzido sobre terra, trabalho e política que constituiu um dos pilares da tradição de estudos antropológicos sobre mundo rural e o campesinato, na década seguinte registrou-se um segundo debates. Esse outro conjunto foi caracterizado por uma maior participação de antropólogas e antropólogos *da* região e que tinha como mote central a identidade e a política indígena. A noção de "emergência étnica" como colocada por Mércia Baptista (1992), ou de "etnogênese", como colocado por João Pacheco de Oliveira (2004) passou a ser um importante instrumento teórico e descritivo para circunscrever a situação colonial e o processo de reconhecimento de certos grupos a partir de reivindicação do reconhecimento, do território e também da manutenção das práticas culturais a partir das formas de organização social

[10] Como lembra Alfredo Wagner de Almeida, as atualizações do projeto iniciado por Palmeira iriam reverberar depois na institucionalização da antropologia na região amazônica. Por meio do projeto "Emprego e Migração no Nordeste", foi estabelecido um tópico em torno das migrações para a Amazônia que permitiu a participação de pesquisadores como Neide Esterci, Otávio Velho e do próprio Alfredo Wagner. Para mais ver Almeida (2019).

particulares a cada coletividade, como registrado pelos trabalhos de Mércia Baptista, sobre os Truká; Vania Fialho (1992) sobre os Xucuru; e de Carlos Guilherme Valle (1993) sobre os Tremembé, entre outros.

O contexto dessas três décadas registra as múltiplas posições ocupadas pelo Nordeste na Antropologia nacional, ora sendo colocado como um espaço de interlocução e diálogo, ora como um espaço de documentação. Na conformação dessa dinâmica é central a própria organização material do sistema acadêmico. Como dito acima, em nível de pós-graduação, apesar de ter o primeiro curso de mestrado criado em 1977, apenas em 2001 a Universidade de Pernambuco teve autorizada a criação de um curso de doutorado em Antropologia. Ainda que os departamentos de ciências sociais e, em alguns casos, de antropologia existissem em todas os estados da região, e em muitos deles também nos espaços interioranos, só em 2016 passou a ser ofertado cursos de mestrado em Antropologia em cada um dos estados da região.

As mudanças no sistema universitário foram possíveis apenas a partir da interlocução entre duas importantes políticas sociais inauguradas na década de 2000. Como argumentamos em outra ocasião (Oliveira, Ribeiro & Venacio 2021), a implementação de políticas afirmativas para ingresso na graduação e na pós-graduação, bem como os programas de ampliação e interiorização do ensino superior foram mecanismos indispensáveis para a consolidação da Antropologia como ela é hoje. Além da ampliação do número de cursos, vagas e da possibilidade de constituir uma carreira, essas políticas foram responsáveis por alguns dos impasses produtivos das carreiras e trajetórias acadêmicas e profissionais que vislumbramos hoje. Em outros termos, estamos falando da necessidade de avaliar as políticas do conhecimento tal como colocadas pela antropologia desde sua fundação em função da maior participação e reconhecimento como antropólogas e antropólogos daqueles que até então eram apenas os pesquisados.

No cenário atual, a região Nordeste tem 16 cursos de pós-graduação na área de Antropologia e Arqueologia reconhecidos pela CAPES, sendo 10 deles na subárea da Antropologia.[11] Como nos demais casos descritos até aqui, a ampliação dos campi

[11] Até 2019, todas as universidades federais dos estados tinham um curso de pós-graduação em Antropologia ou Antropologia Social em suas unidades. Além desses, há o curso de Cartografia social e Política da Amazonia e Culturas Africanas, da Diáspora e dos povos indígenas oferecidos respectivamente pela Universidade Estadual do Maranhão e Universidade Federal de Pernambuco, sendo o primeiro em modalidade de mestrado profissional. A título de informação, os cursos de pós-graduação no subcampo da arqueologia são oferecidos na Universidade Federal de Pernambuco, Piauí, Sergipe, do Recôncavo Baiano e do Vale do São Francisco.

universitários e a oferta de cursos de graduação[12] e pós-graduação em Antropologia foi viabilizada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Uma síntese dos cursos oferecidos pode ser vislumbrada na tabela a seguir.

Tabela 1: Estrutura da Pós-graduação no nordeste brasileiro.

UF	CURSO	IES	OFERTA	CRIAÇÃO		AVAL.IAÇÃO CAPES
				ME	DO	
PE	Antropologia	Universidade Federal de Pernambuco	ME/DO	1977	2001	5
RN	Antropologia Social	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	ME/DO	2005	2014	5
BA	Antropologia	Universidade Federal da Bahia	ME/DO	2006	2006	4
SE	Antropologia	Universidade Federal de Sergipe	ME	2009	-	3
PI	Antropologia	Universidade Federal do Piauí	ME	2009	-	3
PB	Antropologia	Universidade Federal da Paraíba	ME/DO	2011	2019	4
MA	Cartografia social e política da Amazônia	Universidade Estadual do Maranhão	MP	2013	-	3
AL	Antropologia	Universidade Federal do Alagoas	ME	2015	-	3
CE	Antropologia	Universidade Federal do Ceará	ME	2016	-	3
PE	Culturas Africanas, da Diáspora e dos povos indígenas	Universidade Federal de Pernambuco	ME	2018	-	3

Fonte: Produzido pelos autores a partir de dados da Plataforma Sucupira, do Ministério da Educação e das páginas dos respectivos Programas de Pós-Graduação.

Ao longo da sua constituição disciplinar e institucionalização no Nordeste, a Antropologia esteve voltada e alocada em outros contextos disciplinares. Como dito acima, durante um período significativo antropólogas e antropólogos da região ou que nela atuaram estiveram vinculados a departamentos de ciências sociais ou outros núcleos. Como resultado, a disciplina consolidou-se em um diálogo com a sociologia, por exemplo, ou mesmo com o contexto mais amplo do debate sobre expressões e políticas da cultura popular. Um espaço de destaque para observar tais questões são as revistas e periódicos editados na região.

[12] Como graduação específica, a maior parte dos cursos oferecidos no país é de criação recente, remontando assim à proposta de ampliação da oferta de vagas e infraestrutura de cursos estabelecida pelo REUNI. Em nível de graduação os estados da região nordeste ofereciam cursos de graduação em antropologia nas seguintes instituições: Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Universidade Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Universidade do Sul da Bahia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Federal de Campina Grande.

As publicações mais antigas editadas na região estão vinculadas aos programas mais antigos (exemplo da revista Anthropológicas, editada pela UFPE), ou a departamentos de Ciências Sociais (Revista de Ciências Sociais, da UFC; Política & Trabalho na UFPB, na UFPB; Raízes, na UFCG; Pós, na UFMA; Cronos na UFRN; e Tomo, na UFS, por exemplo). Contudo, na última década tem se consolidado cada vez mais a participação de revistas próprias, em sua maioria editadas pelo corpo docente ou discente (Mundaú, na UFAL; Áltera na UFPB; Vivência e Equatorial, ambas da UFRN; Zabelê e EntreRios, na UFPI, Ayé, na UNILAB e REIA na UFPE).[13]

Apesar da criação recente dos cursos, a história da disciplina na pós-graduação em cada um dos contextos estaduais do Nordeste é marcada por particularidades e pela vinculação a outros programas, redes de articulação e colaboração acadêmica.[14] Assim, ainda que oficialização da criação do curso de mestrado e doutorado na Universidade Federal da Bahia tenha se dado apenas em 2007, desde a década de 1990 pesquisadoras desenvolvera e orientaram pesquisas no programa de pós-graduação em Ciências Sociais, fenômeno que se repetiu também na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e na Federal do Maranhão, assim como o curso de pós-graduação em Sociologia na Paraíba e no Ceará que, por muito tempo, acolheu pesquisas de orientação antropológica e/ou etnográfica. Contudo, um aspecto que é demonstrado acima é a centralidade da disciplina na construção de uma agenda própria que tem interlocução com o debate social.

Há que se notar, contudo, um aspecto importante da dinâmica acadêmica pós-REUNI. Como resultado do pouco investimento na ampliação do espaço acadêmico na região até a década de 2000, é possível notar nos cursos criados um grande volume de pesquisadores e professores cuja formação acadêmica se deu em outros contextos institucionais. Assim, se o REUNI foi uma política de ampliação de vagas e cursos que permitiu a inúmeras famílias terem suas primeiras gerações de pessoas com título de graduação e pós-graduação, a partir da própria

[13] Há ainda uma pulsante produção de revista de graduação ou de núcleos e linhas de pesquisa, em muitos aspectos dificultada pelo baixo índice de investimento na formação na academia brasileira para o exercício das atividades editoriais. A título de ilustração, veja-se a revista Cosmos e a revista CAOS, editadas pelo corpo docente de ciências sociais da UFS e UFPB, respectivamente. No contexto das atividades de grupos de pesquisa, veja-se também a Revista Brasileira de Sociologia das Emoções, editada pelo GREM (Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções) da UFPB.

[14] Nesse aspecto, cabe destacar, por exemplo, coletivos de pesquisadores atuando em grupos interinstitucionais ou com conexão contínua, como é o caso da Rede de Estudos e Pesquisa sobre Ações e Experiências Juvenis, que reúne pesquisadores da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e Sergipe, ou ainda de projetos desenvolvidos no contexto da antropologia da Saúde reunindo pesquisadoras da UFAL, UFRN, UFPB e UFPE e que foram responsáveis, em grande medida, pela condução da Reunião de Antropologia da Saúde.

política constituiu-se também uma forma de ocupação de espaços institucionais que é consideravelmente dura para as pessoas formadas nessas regiões que ocupam a periferia do sistema acadêmico. Tal cenário foi descrito anteriormente por Igor Machado (2018: 237) em seu diagnóstico da situação da pós-graduação no Brasil ao considerar que a maior parte dos docentes atuando nas instituições públicas de ensino superior eram provenientes de universidades do sudeste ou do exterior. Assim, considerando a generalidade do campo de atuação antropológica, se o mercado de trabalho parece inacessível ou pouco demarcado para as novas gerações de pessoas formadas na Antropologia, no que se refere à sua atuação mais clássica, ou seja, a academia, o espaço segue demarcado.

Uma última observação deve ser feita em relação à vivacidade e pluralidade da produção antropológica na região. Assim, se temas e abordagens já consagrados seguem ocupando um lugar na academia nordestina, é visível também o florescimento de discussões e temáticas nas quais a região tem ocupado uma posição de protagonismo, como é o caso dos estudos sobre saúde e cuidado desenvolvido na UFPB, UFRN e UFPE; os estudos sobre segurança pública, violências e criminalidade que têm no Laboratório de Estudos da Violência da UFC um dos seus principais nomes; também pelas discussões em torno das políticas territoriais e comunidades quilombolas nas Universidades Federal e Estadual do Maranhão, ou sobre políticas do conhecimento destacadas a partir do território, como vem sendo feito pela UNILAB; a produção audiovisual e fotoetnográfica também desponta como um campo importante no contexto paraibano e pernambucano, além dos debates sobre patrimônio e religião que sempre tiveram um espaço de destaque na UFBA e que agora são ampliados pela já consolidada discussão em torno das práticas de saúde e políticas de controle sobre o uso de drogas. Questões em torno das cidades e das práticas culturais juvenis vem se desenvolvendo em um instigante esforço de rede por pesquisadores da UFPB, UFCG, UFRN, UFC, UFAL e UFS. As discussões sobre trabalho, campesinato e mundo rural têm destaque na UFPI e na UFCG, onde também se destacam discussões sobre cultura material e as relações entre antropologia e história. Mais que um estado da arte da produção na região, esse breve comentário é uma tentativa de sinalizar as redes locais de interlocução, prática e diálogo construídas pelas instituições e suas pessoas, que não devem ser negligenciadas no esforço de compor uma história regional e as divisões que ela opera.

Final (?)

É importante salientar que as dinâmicas retratadas até aqui ensejam modelos coloniais na produção de conhecimento dentro da ciência antropológica nacional, com pouco espaço para rupturas porque se baseiam em relações de dependência historicamente constituídas, mas que podem ser reconfiguradas quando observadas as dinâmicas locais de produção e a incorporação de agentes comprometidos com o desenvolvimento regional – e que não atuem apenas como abutres dos conhecimentos produzidos localmente.

Os três cenários descritos acima não cristalizam as demais experiências locais que nos escaparam, uma vez que o cenário é múltiplo e capilarizado; mas evidenciam processos públicos que nos permitem evidenciar percursos e trajetórias de institucionalização da Antropologia nas margens nacionais. Com essa percepção é possível vislumbrar contextos desconhecidos do cânone ou por ele deixado de lado na tentativa de construção de uma homogeneidade sobre a história da disciplina, que se referendando em condições de hegemonia frente as demais narrativas. Por isso, nos concentramos em contar uma história desde nossos lugares de origem, de nossas regiões, para que pensemos em *Outras-Antropologias*, rompendo com os vícios e disposições que narram a formação, institucionalização e desenvolvimento apenas olhando para um único lugar – e não para a diversidade que este texto e o dossiê apresentam.

Referências

AGOSTINHO, Pedro. 2003. "O ensino e a pesquisa antropológicos na Bahia". In: BRANDÃO, Maria do Carmo; MOTTA, Antônio. (Org.). *Aproximações: Antropologia no Norte e Nordeste*. Recife: Edições Bagaço.

AZEVEDO, Thales. 1966. *Cultura e situação racial no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 2019. *Os programas de pós-graduação em Antropologia na Amazônia*. Brasília: ABA.

ALMEIDA, Luciana Schleder. 2013. *Gaúchos, Festas e Negócios: o agronegócio da soja no Meio-Norte Matogrossense*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BAPTISTA, Mércia Rejane Rangel. 1992. De Caboclo da Assunção a Índios Truká: Estudo sobre a Emergência da Identidade Étnica Truká. Dissertação de Mestrado em

Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BELTRÃO, Jane Felipe. 2014. "Antropólogos e profissionalização na/para a Amazônia". Tessituras, vol. 4, n. 2: 202-213.

BEMERGUY, Telma. 2019. "Antropologia em qual cidade? Ou por que a "Amazônia" não é lugar de 'antropologia urbana'". Ponto Urbe, vol. 24: 1-19.

CARVALHO, Maria Rosário de. "A Institucionalização da antropologia no Nordeste: um testemunho/experiência". Raízes: vol. 14, n. 20: 228-251.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1986. "O que é isso que chamamos de Antropologia brasileira?". Anuário Antropológico, vol. 10, n.1: 227–246.

CASTRO, Fábio. 2010. *A Cidade Sebastiana: era da borracha, memória e melancholia numa capital da periferia da modernidade*. Belém: Edições do Autor.

CIRINO, Carlos Alberto. 2020. "Índios, imigrantes e refugiados: os Warao e a proteção jurídica do estado brasileiro". Entrerios, vol. 3, n. 2: 124-136.

COELHO, Davi. 2012. *Amazônia Animada: a representação da região amazônica no cinema de animação brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Artes). Rio de Janeiro: PUC-Rio.

COSTA, Antônio Maurício. 2009. "Pesquisas antropológicas urbanas no 'paraíso dos naturalistas'". *Revista de Antropologia*, v. 52, n. 2: 735-761. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27324/29096. Acesso em 04 fev. 2022.

CORRÊA, Mariza. 2013. "A Antropologia no Brasil (1960 – 1980)". In: Corrêa, Mariza. *Traficantes do Simbólico e outros ensaios sobre a história da antropologia.* Campinas: Editora da Unicamp. P. 107-204.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. 2008. "Tradução Cultural na Antropologia dos anos 1930-1950: as expedições de Claude Lévi-Strauss e de Charles Wagley à Amazônia". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas,* v. 3, n. 1: 31-49. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/VPLsCYVxzWDF56bKZQNk78h/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 04 fev. 2022.

FAULHABER, Priscila. 2008. "Etnografia na Amazônia e Tradução Cultural: comparando Constant Tastevin e Curt Nimuendaju". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas,* v. 3, n. 1: 15-29. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/t6KPvYmVbSNNMNPWXmP6XTd/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 04 fev. 2022.

FELDMAN-BIANCO, Bela. 2018. “A Expansão da Pós-Graduação em Antropologia”. In: Daniel Schroeter Simião, Bela Feldman-Bianco. (Org.). *O campo da Antropologia no Brasil: Retrospectiva, alcances e desafios.* 1ed.Brasília: Aba Publicações, v. 1, p. 29-56.

FIALHO, Vania. 1992. As Fronteiras do Ser Xukuru. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

GARCIA JUNIOR, Afrânio. 1983. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GARCIA JUNIOR, Afrânio. 1989. *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero/CNPQ/UnB.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia.* Manaus: Editora Valer, 2019.

GONTIJO, Fabiano; PESSOA, Maria Lídia. 2020. “Cursos, percursos e transcursos da antropologia no Piauí”. Raízes, vol. 40, n. 2: 159-174.

GONTIJO, Fabiano; ERICK, Igor & DOMINGUES, Bruno. 2016. “As experiências da diversidade sexual e de gênero em quilombos do nordeste e do norte do Brasil: para início de conversa”. *Amazônica*, v. 8: 62-89.

HEREDIA, Beatriz. 1979. *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KATO, Gabriel Akira; FAGUNDES, Guilherme Olímpio; BALANCO, João Pedro Gomes & ALMEIDA, João Victor Magalhães de. 2020. “Eduardo Galvão”. In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: http://ea.fflch.usp.br/autor/eduardo-galvao. Acesso em 04 fev. 2022.

LEITE LOPES, José Sergio. 1978. *O vapor do diabo*: o trabalho dos operários do açúcar Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LIMA, Selma das Graças. 2014. *Antropologia e Educação uma etnografia da participação de alunos indígenas nas escolas públicas da cidade de Dourados.* Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

MACHADO, Igor José Renó. 2018. “Opulência e escassez: sobre os egressos dos doutorados em Antropologia no Brasil (2004-2012”. In: Simião, Daniel; Feldman-Bianco, Bela. O Campo da antropologia no Brasil. Brasília: Aba Livros, 231-258.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. 1990. “In Memorian – Arthur Napoleão Figueiredo – 1923-1989”. *Revista de Antropologia*, 33: 201-203. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111229/109505. Acesso em 04 fev. 2022.

MELO, Flavia. 2020. *Cadastrar, incluir e proteger: as malhas da assistência social na fronteira Amazônia*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo. SP.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. 2018. "Políticas de financiamento e de avaliação de pós-graduações em Antropologia: Desafios e perspectivas". In: Daniel Schroeter Simião; Bela Feldman-Bianco. (Org.). *O Campo da Antropologia no Brasil: Retrospectiva, alcances e desafios*. 1ed.Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, v. 1, p. 131-167.

MORAIS, C. M. 2020. *Crianças kaiowá e guarani em uma escola urbana da cidade de Dourados/MS*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS.

MOTTA, Antonio. 2009. "A Fundação Joaquim Nabuco e o legado do Departamento de Antropologia". Ciência & Trópico, vol 33, n. 1: 25-40.

OLIVEIRA, João Pacheco. 1999. *A viagem da volta: etnicidade política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra-Capa.

OLIVEIRA, Thiago; RIBEIRO, Mílton & VENANCIO, Vinicius. "Localizando a Antropologia Brasileira: contribuições para pensar corpo, lugar e a geopolítica da produção de conhecimento". *Novos Debates*, v. 7, n. 1, 2021, p. 1-15. Disponível em: http://novosdebates.abant.org.br/revista/index.php/novosdebates/article/view/198/105. Acesso em 04 fev. 2022.

PALMEIRA, Moacir. 1994. 1994. *Memorial para o concurso de professor titular Museu Nacional – UFRJ*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (mimeo)

PANTOJA, Mariana. *Os Milton: cem anos de história nos seringais*. Rio Branco: UFAC, 2005.

PEIRANO, Mariza. 2000. "A Antropologia como Ciência Social no Brasil". *Etnográfica*, v. 4, n. 2: 219-232.

PEREIRA, Claudia; SANSONE, Livio. (Org). 2007. *Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos*. Salvador: EdUFBA.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. 2020. "Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas Ciências Sociais brasileiras". *Revista de Antropologia*, v. 63, n. 2: 1-14. Diponível em: https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/170727/163192. Acesso em 04 fev. 2022.

PICQ, Manuela Lavinas & TIKUNA Josi. 2015. "Sexual Modernity in Amazonia". *E-Internacional Relations*: 1-5. Disponível em: https://www.e-ir.info/2015/07/02/sexual-modernity-in-amazonia/. Acesso em 19 set. 2021.

PLÍNIO DOS SANTOS, C. A. B.. 2016. "A fábrica de escravos: a escravidão negra no sul de Mato Grosso (1718 - 1888)". *Aceno - Revista de Antropologia do Centro-Oeste,* v. 3, p. 52-70.

PUCCINELLI, Bruno; RIBEIRO; Mílton; REIS, Ramon & SOLIVA, Thiago. 2014. "Sobre gerações e trajetórias: uma breve genealogia das pesquisas em Ciências Sociais sobre (homo)sexualidades no Brasil". *Pensata*, v. 4, n. 1: 9-45. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/issue/view/678/32. Acesso em 04 fev. 2022.

REIS, Ramon. 2017. *Cidades e subjetividades homossexuais: cruzando marcadores da diferença em bares nas "periferias" de São Paulo e Belém.* Tese de Doutorado em Antropologia Social. São Paulo: PPGAS/USP.

RIBEIRO, Mílton, 2016. "Paris N'América e a Circulação de Intelectuais n'Amazônia: estrangeiros, brasilianistas e cronista da vida social na Belém do século XX". *Anais do 40º Encontro Anual da ANPOCS,* Caxambu-Minas Gerais: 1-20, disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st22-6/10372-paris-n-america-e-a-circulacao-de-intelectuais-n-amazonia-estrangeiros-brasilianistas-e-cronista-da-vida-social-na-belem-do-seculo-xx/file. Acesso em 04 fev. 2022.

RIBEIRO, Mílton. 2021. "'Como é a sensação de ser um problema?': A Antropologia Negra Brasileira e a construção de territórios da negritude na academia". *Novos Debates,* v. 7, n. 2.

RIBEIRO Mílton & FREIRE Aldair. 2021. "Circulação de Intelectuais na Paris N'América – os legados de Charles Wagley na Amazônia". *Zabelê*, v. 2, n. 1, 2021, p. 13-32. Disponível em: https://revistas.ufpi.br/index.php/REVIZAB/article/view/12132/pdf. Acesso em 04 fev. 2022.

RIBEIRO, Rene. 1943. "On the amaziado relationship and other aspects of the family in Recife (Brazil)". American Sociological Review, vol. 10, n. 1: 44-51.

SIEBIGER, Elizângela Gomes dos Santos. 2020. *Migrantes do Sul na Amazônia mato-grossense: o CTG Porteira Aberta*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá.

SIGAUD, Lygia. 1979. Os clandestinos e os direitos São Paulo: Duas Cidades.

SIGAUD, Lygia. 1980. Greve nos engenhos. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SANJAD, Nelson. 2010. *A Coruja da Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907).* Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz.

SEEGER, Anthony; DA MATTA, Roberto & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1979. "A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras". *Boletim do Museu Nacional – Antropologia,* n. 32, 1979, p. 2-19.

SILVA, Anaíza Vergolino e. 2015. *O tambor das flores: uma análise da Federação Espírita Umbandista e dos cultos afro-brasileiros do Pará (1965-1975).* Belém: Paka-Tatu.

SILVA, P. C. A. 2020. *"Mas, entre mulheres? Como assim!?": uma análise antropológica sobre conflitos e violências em narrativas sobre conjugalidades lésbicas em Goiânia.* 2020. 119 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SOUSA SILVA, Cassio. 2015. *O Alívio Incontido: êxtase, desejo e sexualidade em uma feira livre, Bragança-PA*. Dissertação de Mestrado em Linguagem e Saberes na Amazônia. Bragança: PPGLSA/UFPA.

TRAJANO FILHO, Wilson. 2018. "Formação, Ensino e Reprodução nos Programas de Antropologia". In: Simião, Daniel Schroeter: Feldman Bianco, Bela. (Org.). *O Campo da Antropologia no Brasil: Retrospectiva, Alcances e Desafios.* 1ed.Brasília: ABA Publicações, v. 1, p. 169-204.

UFMT. 2013. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Sociais: Bacharelado.* Documento apresentado pelo Colegiado Ampliado do Curso de Ciências Sociais. 108p. Disponível em: https://sistemas.ufmt.br/ufmt.ppc/PlanoPedagogico/Download/128 Acesso em 13 dez. 2021.

VALE, Alexandre Flemming Camara; CUNHA, Teresinha Helena de Alencar; RODRIGUES, Vera. 2019. "Antropologia no Ceará: algumas notas sobre o porvir e o vigor de ter sido". Revista de Ciências Sociais, vol. 50, n. 1: 253-274.

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. 1993. *Terra, Tradição e Etnicidade: Um Estudo dos Tremembé do Ceará*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. 2021. "Desejáveis" e "indesejáveis": diferencialidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no Amazonas. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos – São Carlos, SP.